

REVISTA

NACIONAL ^{DE} SAÚDE

VOLUME 04 · Nº 14 2019

O ATAQUE À UNIVERSALIDADE DA SAÚDE NO BRASIL

Como a revogação da portaria 2.979
afeta a Atenção Básica no país.

Vazamento de óleo

CNS debateu o tema com
representante do Ministério da
Saúde

Infância Roubada

DPU e Mohran lançam
minidocumentário sobre
hanseníase durante reunião
ordinária

CNS debate orçamento de 2020

PECs 186, 187 e 188 foram temas
centrais do ponto discutido

Expediente

Presidente do Conselho Nacional de Saúde: Fernando Pigatto

Secretaria Executiva

Ana Carolina Dantas Souza

Secretário Executivo Substituto

Marco Aurélio Pereira

Mesa diretora: André Luiz, Elaine Junger Pelaez, Fernando Pigatto, Jurandir Frutuoso, Moysés Toniollo, Neilton Araújo, Priscilla Viegas e Vanja dos Santos

Assessoria de Comunicação CNS

Jornalista responsável:

Laura Fernandes - Registro Profissional 4583/1455/ DF

Edição: Danilo Castro, Andréia Marques e Jau Soares

Textos:

Danilo Castro, Viviane Claudino e Marcos Paulo Lima

Fotos: Willian Barreto e Lucas dos Anjos

Estagiária: Julia Trindade

Diagramação: João Pedro de Freitas, Tomás Kohl e Felipe Avidos



Conselho Nacional de Saúde - "Efetivando o Controle Social".
Esplanada dos Ministérios, Bloco "G" - Edifício Anexo, Ala B, 1º andar - Sala 103B - 70058-900 - Brasília, DF

Editorial

Encerramos o ano de 2019 com fortes ataques ao controle social e consequentemente ao SUS. O decreto 9.759/2019 quer o desmonte da participação social no Brasil, extinguindo e desestruturando centenas de colegiados da administração pública federal. Ao todo, foram mais de 600 órgãos participativos extintos, o que classificamos como um grave cenário atual para a democracia brasileira.

Além disso, também tivemos a recente portaria da Atenção Primária nº 2.979, publicada sem o aval do Conselho Nacional de Saúde, pelo Ministério da Saúde, que para nós, é uma afronta e um desrespeito ao controle social e à universalidade brasileira. Esta portaria institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde, o que fere a Lei Complementar nº 141/2012, uma vez que estabelece a necessidade de submeter à aprovação do CNS o que for pactuado na CIT.

Mas nós não ficamos e nunca ficaremos calados diante a ataques como estes. O CNS pediu revoga-

ção imediata da portaria, e publicou recomendação direcionada ao Ministério Público, demandando a defesa da proteção social, que é prevista constitucionalmente. Continuaremos fazendo nossa parte em 2020, defendendo a ampla participação social nas deliberações que envolvem diretamente o nosso SUS, participando de debates e realizando seminários para aprofundar as discussões com todos os segmentos da sociedade.

Em defesa do SUS, sempre.



Fernando Pigatto
Presidente do CNS

Sumário

06

Controle Social

CNS lança relatório das oficinas de formação sobre controle social no SUS

08

Desastre do óleo no nordeste é tema de debate do CNS

Conselheiros nacionais de saúde debateram os impactos na região para definir ações em defesa da população atingida

10

Minidocumentário sobre hanseníase é lançado

“Infância Roubada”, trata as consequências da política pública de combate à doença.

12

Portaria 2.979: CNS aprova recomendação

Maioria dos conselheiros entendem que a medida representa um ataque à universalidade da saúde no Brasil.

14

Deputados defendem Conep

Projeto de Lei ameaça perda de direitos para participantes de pesquisas clínicas

16 CNS debate orçamento e pacote fiscal do governo

As PEC's 186, 187 e 188 foram os temas centrais do ponto discutido na reunião do CNS

18 Direito Humano à Saúde

CNS aproxima relação com Conselho Nacional do Ministério Público para defender SUS

20 Decreto nº 9.759/2019

Diálogo interconselhos articula ações contra desmonte da participação social no Brasil

22 Fórum Social das Resistências

Conselho Nacional de Saúde realizará atividades durante o evento. Toda a programação é aberta ao público mediante inscrição prévia.



Controle Social

CNS lança relatório das oficinas de formação sobre controle social no SUS

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) lançou no dia 5/12, em Brasília, o Relatório Final das 70 Oficinas de Formação para o Controle Social no SUS. Realizadas em todas regiões do país, no ano passado, as oficinas tiveram a participação de mais de 4 mil pessoas. A publicação foi apresentada durante a 324ª Reunião Ordinária do conselho, que teve a presença do representante Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), Fernando Leles e de Nara Peruzzo, diretora de pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap).

O objetivo das oficinas é qualificar e capacitar conselheiros de saúde e lideranças sociais que atuam na luta pelo Direito Humano à Saúde, como sujeitos sociais que deliberem as políticas, desenvolvendo também o intercâmbio de experiências sobre o controle social no SUS. Essa é mais uma ação do Projeto de Formação de Multiplicadores para o Controle Social no SUS, proposto pela Comissão de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (CIEPCSS) do CNS.

O Relatório Final 2019 subdivide-se em três partes e anexos: concepção e viabilização do projeto,

formação da equipe de educadores/as, construção dos materiais de apoio e pedagógicos para o desenvolvimento do projeto e desenvolvimento das oficinas. A publicação faz um registro detalhado das ações e do processo de realização dos cursos. Apresenta também registros escritos de reuniões, relatórios, documentos produzidos e conversas com pessoas diretamente envolvidas na realização.

“O principal desafio foi construir um processo que fosse coerente com os princípios da educação popular, pois os mesmos ancoravam e davam, sentido a toda proposta. Era necessário que os vários sujeitos implicados diretamente estivessem envolvidos organicamente desde a concepção do projeto até a execução e avaliação”, explicou o representante do Ceap e coordenador do projeto”, Valdevir Both. As oficinas são organizadas pela CIEPCSS/ CNS, com apoio da OPAS e executadas pelo Ceap.

“Nosso propósito é formar os movimentos sociais e conselheiros para que possam entender seu papel nessa conjuntura difícil do SUS. Realizar essa formação em todos os estados do país é uma vitória. Fomos multiplicadores que saíram mobilizados para defender a saúde como direito humano. Houve um avanço na organização das comissões nos estados e municípios em defesa de um financiamento adequado, mesmo com uma conjuntura adversa”, finalizou conselheira nacional de saúde e coordenadora da comissão, Sueli Barrios.

Oficinas de Formação 2020

O calendário das 84 oficinas está sendo construído com os conselhos estaduais e será divulgado no início de janeiro, quando a plataforma digital também estará disponível para inscrição dos participantes. A seleção será de responsabilidade dos conselhos estaduais, das comissões de educação permanente e da comissão, do CNS.

Cada oficina contará com a participação de 30 pessoas, das quais 20 vagas serão para conselheiros(as) e 10 vagas para lideranças de movimentos sociais. O número de oficinas por estado segue critérios pactuados na Mesa Diretora do CNS, na comissão e no Ceap, contemplando o número de municípios por estado, número de habitantes, questões geográficas, dentre outros.

Desastre do óleo no nordeste é tema de debate do CNS

Conselheiros nacionais de saúde debateram os impactos na região para definir ações em defesa da população atingida

O desastre ambiental que atinge mais de 2 mil quilômetros do litoral norte-destino brasileiro, desde o mês de agosto, foi tema de debate entre os conselheiros nacionais de saúde, representantes do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e das comunidades atingidas, na 324ª Reunião Ordinária do CNS, realizada no dia 6/12.

No início da reunião, os participantes receberam a informação da representante do Ministério da Saúde, Thais Cavendish, de que o órgão só instalou o comitê de acompanhamento da tragédia apenas em outubro, dois meses após os primeiros registros do vazamento do óleo. Os conselheiros de saúde também foram informados que o Ministério da Saúde deixou de compor o Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Cavendish contou que o comitê

de acompanhamento funciona 24h por dia, seja presencialmente ou remotamente. Segundo a representante do Ministério da Saúde, seis boletins epidemiológicos já foram divulgados com informações para a população, além do envio de técnicos especialistas em toxicologia (estudos da composição química e dos efeitos de substâncias tóxicas). O comitê de crise conta ainda com a presença do Ibama, Defesa Civil, estados e municípios.

Já o representante da Fiocruz Jorge Machado, afirmou que a tragédia no Nordeste é um acidente químico ampliado e que a entidade tem direcionado seu acompanhamento aos atingidos e os manguezais, que são responsáveis pelo sustento de centenas de famílias. Machado lamentou, ainda, a ausência da Petrobras durante a crise. "Eles (Petrobras) possuem expertise e tec-

nologia para dar uma grande contribuição nesse processo", concluiu.

Quem viu a tragédia de perto reclama da demora do poder público apontar a verdadeira causa do vazamento e de um apoio mais incisivo às famílias atingidas, como é o caso da pescadora e mestra em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais pela UnB, Elionice Sacramento. Ela protestou afirmando que o Ministério da Saúde só instalou um comitê de crise no dia 29 de outubro. "Depois de quatro meses, com tanta tecnologia, não temos informações sobre a proporção do vazamento e quem causou", afirmou. Ela também denunciou que o Plano Nacional de Contingenciamento não foi colocado em ação. "É a invisibilidade da população pesqueira. Estamos desde 2018 sem receber o seguro defeso. Exigimos a responsabilida-



de do estado brasileiro e que a república cumpra seu papel no apoio a população atingida", sentenciou.

Para o conselheiro nacional de saúde Jorge Scaboli, "o Brasil não avança para saber as consequências dos impactos dessa catástrofe". Corroborando com Scaboli, a conselheira Fernanda Magano criticou os posicionamentos do governo federal sobre o assunto. "Divulgaram fake news sobre o óleo vindo da Venezuela e investigações concretas não são realizadas. Precisamos saber da saúde mental das pessoas envolvidas", finalizou.

Já o conselheiro Albanir Santana, defendeu que o comitê de emergências do MS seja permanente. "Não foram tomadas medidas necessárias preventivas. O comitê precisa ser permanente", assinalou.

Próximos passos

Ao final do diálogo, o plenário do CNS aprovou por unanimidade algumas ações de apoio aos atingidos como:

- Pedir informações ao Ministério da Saúde sobre o plano de trabalho e o acompanhamento permanente da saúde mental e alimentar dos atingidos
- Recomendar ao Ministério Públíco Federal (MPF), a responsabilização do estado brasileiro sobre o tempo de ação e o não acionamento do Plano Nacional de Contingência
- Integrar os Conseas estaduais na temática
- Acompanhamento permanente dos GT's em vigência do CNS
- Articular com a mídia e o parlamento a visibilização das demandas da população atingida
- Pedir um posicionamento oficial do MS acerca da saída do Ministério do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Todas as recomendações estarão disponíveis, em breve, no site do Conselho Nacional de Saúde.

Minidocumentário sobre hanseníase

Minidocumentário sobre hanseníase é lançado no CNS

O minidocumentário “Infância Roubada – Memórias de filhos separados dos pais atingidos pela hanseníase” foi lançado no dia 5/12 durante a reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília. O documentário foi integralmente produzido pela Assessoria de Comunicação Social da Defensoria Pública da União (DPU), com o apoio do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Mohran).

O defensor público-geral federal, Gabriel Faria Oliveira, participou das duas pontas do projeto. A produção do minidocumentário foi sugerida por Oliveira durante visita à DPU realizada pela portuguesa Alice Cruz, relatora das Nações Unidas para a eliminação da discriminação das pessoas com hanseníase,

em 7 de maio de 2019. Já em sua fala na cerimônia de lançamento do vídeo, o defensor-geral falou sobre a intimidade da DPU com a pauta de saúde. “A Defensoria Pública da União, por sorte, sempre teve a oportunidade de ter um lado: o lado do paciente. O lado de alguém que teve seu direito [à saúde] ceifado”.

O coordenador do Morhan Nacional, Artur Custódio, considera o minidocumentário “Infância Roubada” de extrema importância. “Esse é um tema de saúde pública. Foi o maior crime de alienação parental realizado pelo Estado brasileiro. Essa política foi realizada em nome do higienismo, da limpeza da sociedade. É por isso que o CNS se debruça sobre esse tema, para que isso nunca mais aconteça”. Na avaliação de Custódio, “o vídeo é muito



bem elaborado e mostra o tamanho do crime de Estado em relação aos filhos separados".

O evento contou também com a presença do defensor regional de direitos humanos da DPU no Maranhão, Yuri Costa, que trabalha com a pauta dos atingidos pela hanseñiese há anos, tendo recebido em 2012 o Prêmio Innovare pela atuação jurídica em favor das pessoas que foram internadas na Colônia do Bonfim (MA) e seus descendentes.

Ao final da cerimônia, o defensor público-geral federal propôs como encaminhamento a articulação de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o direito à indenização pelo Estado brasileiro aos filhos de pais atingidos pela hanseñiese, com nova exibição do vídeo.

Infância Roubada

Com 4:30 minutos, o minidoc retrata as consequências da política pública de combate à doença em vigor até meados dos anos 1980, que forçou a separação de famílias inteiras. Por mais de 40 anos, o Estado brasileiro promoveu a internação compulsória de pessoas com hanseñiese. Os filhos eram afastados dos pais e internados em instituições, onde viveram uma infância marcada pelo abandono. A Defensoria Pública da União aguarda decisão judicial em relação à Ação Civil Pública 69995-68.2015.4.01.3700, que corre na 6ª Vara da Justiça Federal no Maranhão, sobre a responsabilidade do Estado brasileiro e apoia medidas reparatórias aos filhos separados dos pais pela hanseñiese.

Assista na íntegra:



<https://bit.ly/36Cu4J1>

Portaria 2.979: CNS aprova recomendação

A maioria dos conselheiros entendem que a medida “representa um ataque à universalidade da saúde no Brasil, estabelecida na Constituição Federal, uma vez que impõe restrições importantes ao acesso da gestão municipal aos repasses federais voltados para a atenção básica”

O plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou na dia 6/12, uma recomendação pela revogação imediata da Portaria nº 2.979, que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde.

A maioria dos conselheiros de saúde entendem que a medida publicada pelo Ministério da Saúde no dia 13 de novembro, sem o aval do controle social, “representa um ataque à universalidade da saúde no Brasil, estabelecida na Constituição Federal, uma vez que impõe restrições importantes ao acesso da gestão municipal aos repasses federais voltados para a atenção básica”.

O documento também é direcionado aos presidentes da Câmara dos Deputados e da Senado Federal para que coloquem em regime de urgência a votação do

Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 701/2019 do deputado Alexandre Padilha e do PDL nº 704/2019 do senador Humberto Costa, que propõem sustar a portaria.

Os conselheiros nacionais de saúde reivindicam ainda uma ampla discussão com o controle social sobre o financiamento da Atenção Primária. “É fundamental aprofundar as discussões com todos os segmentos da sociedade, porque não é somente a gestão que faz o SUS. Vamos continuar o debate e também nos envolver na realização dos seminários estaduais, que serão promovidos pela Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados”, destaca o presidente do CNS Fernando Pigatto.

A realização destes seminários para debater a Portaria nº 2.979 foi aprovada durante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e

Família, dia 19 de novembro, conforme requerimento do deputado Alexandre Padilha. “É nítida a necessidade de ampliar o debate. Eu nunca vi uma pactuação que, de imediato, tenha tido uma reação contrária de conselhos estaduais tão forte como esta”, declarou o parlamentar, referindo-se às críticas dos conselhos estaduais de saúde de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre a portaria.

No dia 5/12, o plenário do CNS iniciou o debate com o secretário da Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, Erno Harzheim, durante mesa temática da 324ª Reunião Ordinária. Também participaram da reunião o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (Ipea) Carlos Ocké e o parlamentar Alexandre Padilha.



Repasso financeiro vinculado à cadastro da população

Entre os pontos polêmicos da Portaria nº 2.979 está a necessidade de cadastro da população para que seja feito o repasse do incentivo financeiro aos municípios, que deverá considerar as pessoas cadastradas nas equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária.

“O benefício do cadastro é ter o elemento básico para fazer todas as ações que a gente precisa e o primeiro deles é o planejamento”, avalia o secretário Erno Harzheim. “A gente só consegue trabalhar melhor, quando a gente conhece melhor a população que vive nas áreas onde a gente atua. Isso vai ser um ganho secundário muito importante”, completa.

“Penso que não há nenhum questionamento sobre a importância do cadastro para qualificar e servir de base o planejamento do sistema, mas é muito problemático definir isso como critério para esse repasse”, afirma Carlos Ocké. “Isso me parece extremamente problemático, do ponto de vista da sustentabilidade dos municípios se, inclusive é reconhecido que os municípios arcaram com 70% dos gastos com atenção primária”, completa.

Pacto sem participação social

Entre os pontos polêmicos da Portaria nº 2.979 está a necessidade de cadastro da população para que seja feito o repasse do incentivo financeiro aos municípios, que deverá considerar as pessoas cadastradas nas equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária.

“O benefício do cadastro é ter o elemento básico para fazer todas as ações que a gente precisa e o primeiro deles é o planejamento”, avalia o secretário Erno Harzheim. “A gente só consegue trabalhar melhor, quando a gente conhece melhor a população que vive nas áreas onde a gente atua. Isso vai ser um ganho secundário muito importante”, completa.

“Penso que não há nenhum questionamento sobre a importância do cadastro para qualificar e servir de base o planejamento do sistema, mas é muito problemático definir isso como critério para esse repasse”, afirma Carlos Ocké. “Isso me parece extremamente problemático, do ponto de vista da sustentabilidade dos municípios se, inclusive é reconhecido que os municípios arcaram com 70% dos gastos com atenção primária”, completa.



Deputados defendem Conep

Visita técnica foi realizada com objetivo de fortalecer a pauta no parlamento

O Projeto de Lei (PL) nº 7082/2017, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), pode retirar da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as atribuições que garantem proteção aos participantes de pesquisas clínicas. Com objetivo de fortalecer a pauta no parlamento, a Conep convidou deputados membros da Subcomissão Permanente de Saúde da Câmara dos Deputados para uma visita técnica ao espaço nesta terça (26/11), em Brasília.

Carmen Zanotto (PPS), Soraya Mannato (PSL), Dr. Zacharias Ca-lil (DEM) e Dr. Frederico (Patriota) foram os deputados que puderam conhecer de perto o funcionamento da comissão. Se o PL for aprovado, a Conep, órgão atualmente responsável pela análise e emissão de pareceres sobre as pesquisas clínicas no Brasil, fica fragilizado, abrindo espaço para um sistema vinculado ao governo e sem autonomia. O CNS já se posicionou contra o PL, publicando recomendação nº



36/2018. Um dos pontos mais polêmicos é a não obrigatoriedade de os patrocinadores fornecerem acesso aos medicamentos para os participantes após os estudos.

De acordo com Fernando Pigatto, presidente do CNS, "a Conep cumpre um papel fundamental para que os participantes de pesquisas sejam tratados com dignidade e tenham seus direitos garantidos, pois são atores fundamentais no desenvolvimento de tratamentos e medicamentos". Jorge Venâncio, coordenador da comissão, afirmou que "é fundamental aproximar o CNS cada vez mais do diálogo com os parlamentares para que eles compreendam a relevância da Conep para o país".

Atualmente, são mais de 80 trabalhadores na estrutura da comissão, composta por 49 membros entre titulares e suplentes eleitos a cada dois anos, via chamada pública e análise minuciosa de currículo. São essas pessoas as responsáveis

pela análise e emissão de pareceres de pesquisas clínicas no Brasil, comandando o Sistema CEP/Conep, composto por 848 Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) espalhados pelo país.

"Essa pauta está sendo bastante discutida no Congresso Nacional. A Conep tem um valor muito significativo. O papel do CNS é muito importante para a pesquisa", disse a deputada Carmen Zanotto. Dr. Zacharias Calil também defendeu o espaço. "Temos que estimular nossos pesquisadores. Sem a pesquisa, nosso país não é nada. E os pacientes precisam ter acesso ao medicamento após os estudos". Já Dr. Frederico enalteceu o potencial acadêmico da comissão. "Estamos aqui buscando avanços aos seres humanos", finalizou. Atualmente, o PL está aguardando parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Saiba mais sobre a Conep:
<https://bit.ly/2sa3Miy>



Leia o PL na íntegra:
<https://bit.ly/35wdR77>



CNS debate orçamento e pacote fiscal do governo

As PEC's 186, 187 e 188 foram os temais centrais do ponto discutido na reunião do CNS

Os pontos críticos do Orçamento da União para o ano de 2020 e as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's) que estão em tramitação no Congresso Nacional foram os assuntos debatidos na 324^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), no dia 5/12, em Brasília. Outro ponto que era motivo de dúvida das (os) conselheiras (os) nacionais de saúde estava relacionado a PEC 187 e o seu impacto no Fundo Nacional de Saúde (FNS). O assessor do Senado explicou que o FNS está fora da PEC 187, porém, outros fundos podem ser extintos com a aprovação da proposta.

Manifestações

O presidente do CNS, Fernando Pigatto, lamentou a ausência da representação do Ministério da Economia e declarou: "Esta ausência é um desrespeito ao trabalho realizado por este Conselho na fiscalização da saúde pública".

Já o conselheiro José Henrique Medeiros defendeu a ampliação dos debates sobre o pacote fiscal. "Precisamos entender melhor os reflexos econômicos, especialmente, na saúde da terceira idade", defendeu. Opinião que foi corroborada pela conselheira Maria Laura Carvalho Bicca. "Se as pessoas não compreenderem o que significa isso, os debates ficam muito distantes da população", afirmou.

Para a conselheira Marisa Furia Silva, o pacote fiscal somado a terceirização, causará problemas para o funcionalismo: "A saúde não pode ficar à mercê disso que está acontecendo. Faltam remédios e equipamentos nos hospitais".

Ao ouvir a exposição do economista do Senado, o conselheiro André Luís Oliveira declarou que é preciso ouvir o contraditório para elucidar da melhor forma o que está colocado com as referidas PEC's. Já a representante do Conselho Federal de Serviço Social, Elaine Pelaez foi mais incisiva e defendeu a revogação imediata da EC 95. "Precisamos defender o aumento de recursos para a saúde pública e não entrar na disputa de prioridades", concluiu.

Encaminhamentos

Ao final do debate, o plenário do CNS aprovou por unanimidade a participação e o diálogo com o parlamento acerca das discussões referentes as PEC's 186, 187 e 188 (não tramitada) que estão na ordem do dia do Congresso Nacional. O plenário também aprovou o indicativo de continuidade do debate na reunião que será realizada no mês de janeiro de 2020.

Como expositor sobre o pacote fiscal do Governo Federal, o CNS convidou o economista e assessor técnico do Senado Federal Bruno Moretti. O colegiado também requisitou uma representação do Ministério da Economia que não compareceu ao encontro.

Durante vinte minutos, Moretti falou sobre o pacote fiscal da gestão federal, especialmente no que diz respeito às PEC's 186, 187 e 188, que impactam diretamente no dia a dia da saúde pública brasileira. Moretti alertou que o pacote fiscal proposto pelo governo é uma "reestruturação do Estado para adequação ao teto de gastos (Emenda Constitucional 95)". O economista também frisou que a Regra de Ouro (mecanismo que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários, benefícios de aposentadoria, contas de luz e outros custeios da máquina pública) vem sendo descumprida nos últimos anos.



Direito Humano à Saúde



O presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Fernando Pigatto, participou do Seminário Ministério Público, Diálogos Institucionais e Efetividade das Políticas Públicas de Saúde, organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília. O encontro reuniu representantes de diferentes instituições vinculadas ao poder público com objetivo de debater evidências, fortalecer vínculos e aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para Fernando Pigatto, presidente do CNS, a aproximação entre diferentes conselhos que lutam pelos interesses e direitos dos cidadãos é uma das estratégias para que a saúde pública seja defendida como direito humano. “Estamos articulando com vários setores, inclusive Legislativo e Judiciário. Nossa atuação é para além do CNS. A iniciativa deste seminário é importante para seguirmos em diálogo”, afirmou. O presidente do CNS também destacou que a austeridade

fiscal dos últimos anos, em especial, imposta pela Emenda Constitucional 95/2016, que vem retirando recursos do SUS e outras políticas sociais, tem sido um fator de alerta para diferentes instituições. Tanto que Paulo Gadelha, coordenador da Estratégia da Fiocruz para a Agenda 2030, também expôs sua preocupação diante do que vem ocorrendo no Brasil.

“Saúde é uma agenda universal, interage com todos os setores sociais. 70% das pessoas no nosso

CNS aproxima relação com Conselho Nacional do Ministério Público para defender SUS

Saiba mais

A Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), representa o consenso de 193 países com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas que refletem temas pela erradicação da pobreza e da fome, a promoção do crescimento econômico incluente, a redução das desigualdades, a ação contra as mudanças climáticas, o acesso universal e o uso racional de água, entre outros.



Conheça a agenda de 2030:
<https://bit.ly/2ux5NpR>

país dependem exclusivamente do SUS e 30% depende conjuntamente da saúde privada e do SUS. O SUS é a instância central dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tem um papel fundamental na Agenda 2030", disse.

De acordo com o presidente do CNMP e procurador-geral da república, Antônio Augusto Brandão, é necessário que as instituições soli-

diquem suas estruturas para que a lei e as políticas públicas sejam cumpridas com exelênci, independentemente da gestão. "Precisamos de um Estado estruturado, com instituições fortes. Por isso a importância do diálogo com diferentes segmentos da sociedade, com correntes distintas de opinião. Isso é a nossa democracia", disse.

Maria Tereza Uille Gomes, con-

selheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também participou do evento apresentando as inovações do CNJ com o Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas, onde é possível encontrar inúmeros processos brasileiros por tema, inclusive relacionando-os à área da Saúde ou mesmo a partir das metas e objetivos da Agenda 2030.

Decreto nº 9.759/2019:

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) reuniu, em Brasília, representantes de diferentes conselhos participativos brasileiros. Os órgãos vêm sendo fragilizados desde o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, inviabilizando o controle social no país. Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), participou da reunião.

Mesmo que o CNS tenha sido mantido devido à Lei nº 8142/1990, que “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS)”, a prática solidária em defesa dos órgãos participativos foi uma das prioridades do CNS nesse contexto. Pigatto explicou que outras formas de inviabilizar a participação social na saúde têm sido usadas, mencionando a recente portaria da Atenção Primá-

ria, aprovada sem aval do CNS. “Foi uma afronta e um desrespeito ao controle social brasileiro”.

Léo Pinho, presidente do CNDH, apresentou a agenda de denúncias do cenário brasileiro em espaços internacionais como a reunião do

Denúncia internacional

Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA), em Washington (EUA); a reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra (Suiça); e o Seminário Consulta União Europeia/Brasil de Direitos Humanos com a Sociedade Civil, em Bruxelas (Bélgica). A ideia é que esses organismos internacionais, os quais o Brasil têm acordo, possam intervir diante da situação atual.

Eduardo Queiroz, procurador federal representante da Defensoria Pública da União (DPU), apresentou um relatório do desmonte da

participação social no Brasil durante a reunião da CIDH-OEA, a qual participou representando também o CNDH. “Levamos as principais informações sobre a desestruturação dos conselhos e o não reconhecimento da sociedade civil nos espaços de decisão”. Segundo ele, a comissão internacional mostrou uma posição bastante crítica ao Estado brasileiro.

Para o presidente do CNDH, “está havendo uma desconfiguração do que a Constituição de 1988 garante como participação social. Não são casos isolados”, disse. Ele também destacou o que ocorreu com o CNS referente à Atenção Primária. “A publicação da portaria sem aval do CNS afeta o Brasil inteiro. Se eles aprovarem mudanças indo contra a lei, sem passar pelo plenário do controle social na saúde, eles vão abrir portas para a criação de uma nova regra”, criticou.



Diálogo interconselhos articula ações contra desmonte da participação social no Brasil

O que o CNS está fazendo?

Pouco depois da medida presidencial, o CNS publicou a Recomendação nº12/2019, direcionada ao Ministério Público Federal (MPF), especialmente à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFD), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) demandando que os órgãos atuem na defesa da proteção social, reconhecendo a participação como direito do cidadão e expressão de sua autonomia, previstas constitucionalmente. O CNS também participou de diversas ações denunciando a pauta no Judiciário e no Legislativo brasileiro.

Ação de Inconstitucionalidade no STF

A Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão (PFD), Deborah Duprat, recentemente foi destituída do assento e cargo de vice-presidente

do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). A medida foi implementada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras e tem sido compreendida também como um desrespeito à participação social. Por isso, o CNS, em sua última reunião ordinária, aprovou moção de apoio ao CNDH para que a procuradora retome sua posição, em que foi eleita democraticamente, frente ao CNDH.

Moção de apoio do CNS ao CNDH

No Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6121 tramita com intuito de revogar o decreto. A pauta foi debatida em 12 de junho no Judiciário, porém o acórdão com a síntese do debate só foi publicado em novembro. A expectativa é que um novo debate ocorra entre os ministros do STF para que os conselhos e órgãos colegiados sejam

reestabelecidos. Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Projetos de Decretos Legislativos (PDL) também tramitam com objetivo de revogar o decreto.

Além do CNS, estiveram presentes no encontro membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI), do Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), do Comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Piracicaba (Conepir) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).



Fórum Social das Resistências

Conselho Nacional de Saúde realizará atividades durante o evento. Toda a programação é aberta ao público mediante inscrição prévia.

Mais de 5 mil lideranças de organizações e movimentos sociais são esperadas no Fórum Social das Resistências (FSR), que vai acontecer de 21 a 25 de janeiro de 2020, em Porto Alegre (RS). Este ano, o evento terá como lema "Democracia, Direitos dos Povos e do Planeta". O Conselho Nacional de Saúde (CNS) vai participar de diversas atividades do Fórum, além de realizar ações abertas ao público.

Na quarta-feira (22/01), o conselho realiza duas atividades: a Assembleia de Convergência Trabalho, Saúde, Seguridade Social e Previdência; e a Plenária Nacional de Saúde. Na quinta-feira (23/01) e na sexta-feira (24/01), o CNS fará a 325ª Reunião Ordinária, também aberta ao público e com a participação de conselheiros nacionais e estaduais.

As atividades fazem parte da estratégia do CNS de dialogar cada vez mais em diferentes espaços denunciando a política de austeridade que vem trazendo agravos ao Sis-

tema Único de Saúde (SUS) em um constante processo de desfinanciamento. De acordo com a Carta Aberta de Convocação, o Fórum acontece num momento de crescimento constante das agendas neofascistas, neoliberais e de retirada de direitos no país.

"Há uma consciência dos riscos que a conjuntura atual apresenta aos movimentos sociais em todo o mundo e, em especial, na América Latina e o reconhecimento do aprofundamento dos confrontos com o estado policial, autoritário e de rupturas democráticas, aliado a implementação de forma celerada e profunda das agendas neoliberais que profundam as desigualdades, a exclusão social e suas consequências para milhões de pessoas".

As inscrições para o Fórum Social das Resistências podem ser feitas no site forumsocialportoalegre.org.br até o dia 20 de janeiro de 2020.

Mais informações:
espaco fsm.poa@gmail.com

fórum sOCial das ReSistêNCiaS





Juntos pela revogação do Decreto nº 10.003/2019

Diga **não** ao desmonte dos
conselhos paritários!